



De 17 a 19 de novembro de 2021

LUTA POR RECONHECIMENTO DA EDUCAÇÃO CRÍTICA EM ADORNO

Silvano Luiz Silvestrin¹
Gilson Luis Voloski²

Resumo

O trabalho trata dos conceitos de educação crítica e reconhecimento da dignidade humana na obra *Educação e Emancipação* do filósofo Theodor Adorno. Esta obra é composta por uma coletânea de ensaios sobre a dialética da educação, escritos no período do retorno do autor do exílio, no contexto da reconstrução da Alemanha do pós-guerra e da divulgação pública da violação dos Direitos Humanos dos campos de concentração. Na interpretação, diagnóstico do autor, a base deste fenômeno está o predomínio de uma racionalidade reduzida à sua dimensão instrumental para dominação da natureza, também do ser humano, como mero objeto. A educação é compreendida por Adorno como contradição social, que tende a adaptar as novas gerações à sociedade que está aí e, ao mesmo tempo, tem o potencial para a formação da consciência crítica. A metodologia deste trabalho é do tipo teórica, de estudos bibliográficos, de natureza qualitativa e de fins exploratórios. O presente estudo tem como objetivo geral: Analisar os argumentos adornianos em *Educação e Emancipação* referentes à defesa do reconhecimento da educação crítica, da formação para a autonomia, como pressuposto dos direitos humanos e da efetivação da democracia. E como objetivos específicos: a) Estudar o conceito de reconhecimento e autonomia segundo Adorno; b) Analisar como o conceito de educação para resistência pode encontrar espaço na educação brasileira; c) Procurar compreender a contribuição do conceito de educação para autonomia e suas consequências para a sociedade democrática. O presente estudo será apresentado da seguinte forma. Num primeiro momento: 1) a contextualização histórica e as influências na formação do autor estudado; em seguida 2) a reconstrução dos principais aspectos do “diagnóstico do tempo presente” apresentado por Adorno e Horkheimer, na década de 1940, com destaque ao problema da crise da razão moderna e seus impactos na formação humana; no terceiro momento terá uma reflexão, 3) análise do conceito de educação crítica como antídoto do totalitarismo expresso nos ensaios de *Educação e Emancipação*.

Palavras-chave: Educação Crítica. Direitos Humanos. Autonomia.

Eixo Temático: Eixo 03 - Formação social, Educação e Direitos Humanos.

1 Pós-Graduado em Direitos Humanos. Universidade Federal da Fronteira Sul – slsilvestrin@gmail.com

2 Doutor em Educação. Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. E-mail gilson.voloski@uffs.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por propósito a investigação dos conceitos de educação crítica e luta por reconhecimento da dignidade humana na obra *Educação e Emancipação* do filósofo Theodor Adorno. Esta obra é composta por uma coletânea de ensaios, palestras e entrevistas de Adorno sobre a dialética da educação no contexto da crise da razão da sociedade contemporânea, fortemente abalada pela irracionalidade e violação dos direitos humanos expressa nas Guerras em proporções mundiais. Estes ensaios foram produzidos no final da década de 1950 e na década de 1960, depois do retorno do exílio de Adorno e Horkheimer, no processo de reconstrução da democracia da Alemanha.

Este estudo propõe entender: Como aparece nos textos de Adorno a luta por reconhecimento da educação crítica? Qual a sua relação com a dignidade humana e com os direitos humanos? Quais são seus principais contornos conceituais? Por que ela é relevante na reconstrução da democracia alemã? Na atualidade, em que sentido as reflexões conceituais de Adorno ainda podem contribuir para pensar criticamente os direitos humanos e a efetivação da democracia?

Para chegar ao objetivo vamos seguir a seguinte metodologia. O Estudo terá como base a análise do materialismo histórico dialético. O desenvolvimento do trabalho acontecerá de forma bibliográfica, através de leituras, anotações e resenhas de materiais. O pensador principal do estudo será Theodor W. Adorno, concentrando os estudos na obra *Educação e Emancipação*. A realização desse trabalho tem como interesse responder como aparece o conceito de educação crítica nesta obra e qual a sua relação com a dignidade humana e os direitos humanos.

O presente estudo será apresentado da seguinte forma. 1) contextualização histórica e as influências na formação do autor estudado; 2) reconstrução dos principais aspectos do “diagnóstico do tempo presente” apresentado por Adorno e Horkheimer, na década de 1940, com destaque ao problema da crise da razão moderna e seus impactos na formação humana; 3) análise do conceito de educação crítica como antídoto do totalitarismo expresso nos ensaios de Educação e emancipação.

DESENVOLVIMENTO

1 Contexto de formação da Teoria Crítica e do pensamento de Adorno

O pensador Theodor W. Adorno (1903-1969) foi um dos principais expoentes do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, mais tarde denominado de Escola de Frankfurt. Fundada em 1923, por Felix Klein, homem abastado e progressista. A escola de Frankfurt teve como seu primeiro diretor Karl Grunberg, professor de história, o qual tem suas origens nas camadas menos abastadas da sociedade da época. Sua formação está fundamentada no viés marxista. Em 1930, o Instituto teve a nomeação de Max Horkheimer como diretor, o qual se tornou grande expoente da Escola quando articulou a Teoria Crítica como seu grande legado.

O desenvolvimento da Escola e sua linha de pensamento acontecem no período pós-guerra, quando o mundo passa por um turbulento estado de choque, fruto do nazismo, fascismo e stalinismo, regimes totalitários, violentos e opressores aos direitos humanos. Portanto, a linha de raciocínio de Adorno, em *Educação e Emancipação*, está intimamente ligada com a necessidade do entendimento da educação como contradição social, que tende a adaptar as novas gerações à sociedade que está aí, mas que ao mesmo tempo tem o potencial para a formação da consciência crítica, questionando e resistindo à racionalidade objetiva, pragmática. Considerando que esta fez da ciência uma condição de desenvolvimento capitalista, que acaba por vezes excluindo as necessidades básicas humanas, conduzindo a humanidade a praticar barbáries e excluir os direitos humanos para uma vida digna.

Segundo a Teoria Crítica, da qual Adorno é um expoente, o essencial é pensar a sociedade e o ser humano em seu devir (NOBRE, 2021, p.07). Isto é, sempre contemplando a condição futura para uma nova educação sustentada no pensamento consciente e que leve a autonomia ao sujeito. Pois a crise na formação educacional é refletida como sendo o espelho das deficiências da sociedade atual, ou seja, em algum momento da formação anterior houve insuficiência no processo de experiência formativa, falta de criticidade e de elaboração do passado em forma de reflexão e ajuste para o presente e futuro.

Com o advento do Capitalismo, a consciência passa a ser moldada conforme as necessidades do ambiente, sempre interligada à produção de bens e ao consumo. Sendo assim, ocorrem mudanças na forma de pensar a formação dos sujeitos.

A "consciência" já não seria apreendida como constituída no plano das representações, sejam ideias oriundas da percepção ou da imaginação, ou da razão moral. A consciência já não seria "de", mas ela "é". Seria apreendida como sendo experiência objetiva na interação social e na relação com a natureza, ou seja, no âmbito do trabalho social. A verdade não seria condicionada subjetivamente, mas objetivamente. (FREITAG, 1994, p. 39)

Como podemos conceber a ideia de Teoria Crítica? Em linhas gerais, a crítica é analisar determinada situação social nos seus fundamentos racionais, identificando os limites e possibilidades do ser presente e fazer apontamentos de como deveria ser. Essa análise crítica propostas pelos frankfurtianos ficou conhecida como diagnóstico do tempo presente, como atividade teórica de apresentar os contornos do que é a sociedade em determinado tempo e espaço e também marcar a distância entre as potencialidades de como deveria/poderia ser. Conforme pensamento de Nobre:

Como as coisas são, se não a partir de como deveriam ser. Crítica significa, antes de mais nada, dizer o que é em vista do que ainda não é, mas pode ser. Note-se portanto, que não se trata de um ponto de vista utópico, no sentido de irrealizável ou inalcançável, mas de enxergar no mundo real as suas potencialidades melhores de compreender o que é tendo em vista o melhor que ele traz embutido em si. (NOBRE, 2021, p. 07).

Portanto, quando executamos o movimento de fazer o exercício da crítica, estamos buscando condições de modificar determinada realidade ou situação apontando possibilidades que venham contribuir para o melhor entendimento do fato. Seguindo esse raciocínio podemos entender os passos que a Escola de Frankfurt quis dar no sentido de orientar e refletir qual a contribuição a educação está apresentando para uma construção do pensamento crítico, evitando novas possibilidades de totalitarismo e violência.

2. Diagnóstico do tempo presente: predomínio da razão instrumental

A base desta crítica está no predomínio de uma racionalidade reduzida à sua dimensão instrumental para dominação da natureza, dentro dela também do ser humano, como mero objeto. Em *Eclipse da razão* (1947) e *Dialética do esclarecimento* (1944), Horkheimer e Adorno chamam atenção que na maior parte da história predominou uma concepção de razão objetiva, que consistia na ênfase maior nos fins amplos [como fim em si mesmo] do que nos fins-meios (HORKHEIMER, 2002, p. 11).

Segundo a interpretação de Voloski (2013), a partir da doutrina cartesiana, ocorre o giro em primazia da razão subjetiva. Diferentemente do sujeito que pensa o corpo humano e a natureza em geral, estes passam a ser concebidos como extensão, portanto, objeto de controle e domínio. O caráter amplo da práxis, ético e político, aos poucos, cede lugar ao predomínio de uma prática restrita ao fazer técnico. A “razão subjetiva se revela como a capacidade de calcular probabilidades e desse modo coordenar os meios corretos com um fim determinado” (HORKHEIMER, 2002, p. 11-12).

A predominância da racionalidade científico e tecnológica na economia, por um lado, potencializou um poder inédito às sociedades de produzir riquezas para trocas em proporções mundiais; por outro lado, reduziu prioritariamente todas as relações humanas (com a natureza, consigo e com os outros) a mediações entre mercadorias. A esfera da cultura e, dentro dela, a da educação também foi forçada a se ajustar a esta lógica. A educação que deveria abarcar aspectos múltiplos da formação humana integral tende a ser valorizada apenas na sua dimensão de preparação de mão de obra para suprir as necessidades do mercado. Ou seja: “A indústria cultural determina toda a estrutura de sentido da vida cultural pela racionalidade estratégica da produção econômica, que se inocula nos bens econômicos e políticos e logo, a situação vigente.” (ADORNO, 1995, p. 20).

Outras dimensões importantíssimas do desenvolvimento humano ficam em segundo plano, tais como a estética, a ética, a política, bem como todas as dimensões que contribuiriam para o desenvolvimento do senso crítico, da autonomia cidadã, pressupostos fundamentais para as sociedades democráticas. Com a predominância da racionalidade econômica, como padrão de validade social, não se dá o devido reconhecimento da relevância aos direitos sociais, entre eles, a educação pública. Logo, a educação passa a ser um bem de consumo e o Estado passa a delegar a sua responsabilidade de fornecer educação para o poder privado.

Adorno e Horkheimer (2006) denominam “indústria cultural” o termo de enquadramento da cultura a esse modelo de pensar o sujeito inserido em um universo totalmente controlável, modificando a educação conforme for conveniente. Em certo sentido, os sistemas escolares são conduzidos para se ajustarem a esse modelo da indústria cultural. Ou seja, sistemas que privilegiam o ensino passivo, que qualifica o sujeito como sendo sem atitude própria, sem condição alguma de contestação, especialmente, quando a

formação se restringe à preparação de profissionais para o mercado. Com características de ser funcional dentro do sistema e consumir os produtos de forma passiva. Segundo Reale:

Para alcançar a funcionalidade, o “sistema”, que é a sociedade tecnológica contemporânea, entre os seus principais instrumentos, pôs em funcionamento a poderosa máquina: a indústria cultural constituída essencialmente pelos mass-media (cinema, televisão, radio, discos, publicidades, rotogravuras etc.). É com a mídia que o poder impõe valores e modelos de comportamento, cria necessidades e estabelece a linguagem. Esses valores, necessidades, comportamentos e linguagem são uniformes por que devem alcançar a todos; são amorfos, assépticos; não emancipam, nem estimulam a criatividade, pelo contrário, bloqueiam-na por que acostumam a receber passivamente as mensagens. (REALE, 1995, p. 423).

A indústria cultural acabou por segmentar ainda mais a sociedade, impondo de forma consentida certa dominância sobre o que é possível o homem consumir de forma ordenada com as necessidades do mercado. A subjetividade do indivíduo foi retirada, diluída na grande massa de consumo.

A indústria cultural realizou perfidamente o homem como ser genérico. Cada qual é cada vez mais somente aquilo pelo qual pode substituir qualquer outro: ser consumível, apenas exemplar. Ele próprio como indivíduo, é absolutamente substituível, o puro nada. [...] E isso pode ser visto também no divertimento, que não é mais o lugar de recreação da liberdade e da genialidade da verdadeira alegria. É a indústria cultural que fixa o divertimento e seus horários. E o indivíduo se submete. Como se submete às regras do tempo livre que é tempo programado pela indústria cultural. (REALE, 1999, p. 423).

Neste contexto, a educação crítica precisa antes de tudo proporcionar clareza destes determinantes sociais e se posicionar na condição de resistência de uma formação crítica, estética, ética e política. Em outras palavras, o direito a uma formação humana abrangente, não somente técnica, mas também da apropriação conceitual e cultural é o pressuposto dos direitos humanos. A forma de pensar a razão instrumental na modernidade acaba por estimular pessoas que sabem obedecer ordens, executar serviços, a ter determinados atos e atitudes puramente motivados pela influência de outros. Ou seja, não se estimula a formação de pessoas com uma razão crítica e formativa a qual venha a agir por discernimento e real liberdade.

METODOLOGIA

Para realização deste estudo temos como ponto inicial a seguinte hipótese: parte-se do pressuposto de que o pensamento de Adorno na obra *Educação e Emancipação*, a partir do seu diagnóstico do tempo presente, apresenta uma defesa argumentativa do reconhecimento da relevância da educação crítica como viabilidade da sociedade democrática e da garantia dos direitos humanos.

Para chegar ao objetivo da pesquisa seguiu-se metodologia do tipo teórica, de natureza qualitativa e de fins exploratórios. O estudo tem como base a análise bibliográfica, a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, por meio de leituras interpretativas, anotações e resenhas de materiais. O pensador principal do estudo é Theodor W. Adorno, concentrando como fonte primária a obra *Educação e Emancipação*. A realização desse trabalho tem como interesse responder como aparece o conceito de educação crítica nesta obra e qual a sua relação com a dignidade humana e os direitos humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação e emancipação: luta por reconhecimento da educação crítica

Esta seção está organizada em duas partes: na primeira, apresentam-se aspectos da estrutura social e econômica pautada na razão instrumental, na indústria cultural, da tendência de reproduzir o homem como meio produtivo, portanto, semiformação. A predominância social desse estado de coisas abre precedente para o não reconhecimento da dignidade em si e do outro, portanto, abertura da própria negação dos direitos humanos. Na segunda parte, apresenta-se argumentos do autor sobre a educação como resistência crítica a tal tendência, busca a defesa da formação abrangente, na qual as contribuições da Filosofia e das Ciências humanas tem relevância à formação da autonomia humana, pressuposto dos direitos humanos e da democracia.

Semiformação como negação dos direitos humanos

A “formação” como apropriação subjetiva da cultura pelo indivíduo decorrente dos parâmetros da indústria cultural Adorno denominará de “semiformação”. (ADORNO,

1995, p. 25) “A semiformação é o espírito tomado pelo caráter de fetiche da mercadoria”. A problemática identificada pelo autor é de que a configuração social, nesses moldes, se impõe como pressão externa sobre o indivíduo em formação a tal ponto de reproduzir as condições para a heteronomia. Segundo Adorno: “Ocorre uma interferência na apreensão da sociedade pelos seus ‘sujeitos’ pelo mecanismo da ‘semiformação’. Ou seja, com conteúdos irracionais, seja com conteúdos conformistas.” (ADORNO, 1995, p. 20).

Ocorre o encolhimento da condição reflexiva, o que acaba por romper o ciclo de formação crítica, o qual é de se esperar no ambiente escolar, ocasionando uma formação embrutecida e rasa de conceitos e exercícios reflexivos. Conforme Adorno:

O travamento da experiência deve-se á repressão do diferenciado em prol da uniformização da sociedade administrativa, e á repressão do processo em prol do resultado, falsamente independente, isolado. Estas seriam como já se viu as características da “semiformação”. (ADORNO. 1995, p 25).

Estas características comportam as condições para um povo tornar-se alienado e sujeito a ser usado como massa de manobra por pessoas e ideologias, as quais prezam apenas pelo seu próprio poder. Gerando assim ambientes para o totalitarismo extremista e o fanatismo.

Neste contexto, Adorno faz sua crítica pautada em duas realidades: a incapacidade da escola em promover o domínio do conhecimento de forma que seja para orientar para capacidade de pensar com autonomia para a emancipação; e a escola que faz um bom trabalho, mas, é insuficiente para competir com a estrutura social de semiformadora. Ele relaciona a falta de criticidade com o advento da indústria cultural, termo que é criado para se dirigir à educação que forma para suprir a demanda do mercado. Gerando a inaptidão para a experiência, que é a incapacidade de pensar, cujo exercício é necessário para desenvolver uma atividade de sistematização em nível de ideias das informações que vem de fora, do mundo exterior. Portanto o objetivo da indústria cultural é dar o pensamento e ações prontas sem necessidade do indivíduo fazê-lo por conta própria, dessa forma o sujeito não exercita o raciocínio ficando exposto a toda forma de dominação e manipulação possível, tendo como demanda apenas a educação tradicional com o predomínio da razão instrumental. “Os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens” (ADORNO, 1995, p. 132). Dessa forma, não se importando com as demais

condições e variantes que envolvem o ser humano e a sociedade. A técnica acaba por se tornar um braço do homem auxiliando na dominação e controle da natureza e por vezes do próprio homem. A técnica se torna algo supervalorizado pelos homens a ponto de colocar barreiras entre a condição de relação humanizada entre os próprios sujeitos, a qual acaba por se apropriar da educação para fins apenas de produção, fazendo com que educação seja apenas um negócio, que gera lucro, não levando em conta o caráter emancipatório que a mesma deve ter. O resultado dessa semiformação é um eu fraco cujas características são: “impotência, paralisia e incapacidade de reagir, comportamento convencional, conformismo, ausência de auto-reflexão, enfim ausência de aptidão para experiência” (ADORNO, 1995, p. 36). Portanto o “eu fraco” é a condição em que o ser humano perde sua personalidade, a pressão externa é tão forte que a pessoa não tem mais condições de fazer suas próprias escolhas.

Educação para resistência crítica, direitos humanos e democracia

Trabalhar a ideia de criticidade e necessidade de procurar oferecer uma formação educacional com bases que levem o sujeito para uma condição na qual seja capaz de visualizar e, fazer escolhas autônomas, tendo em vista o discernimento pela razão e criticidade.

Segundo Voloski (2020, p. 179-182), Adorno critica o processo apressado de democratização da Alemanha pós-nazista, sem dar a devida importância a reelaboração da cultura que sustentou o totalitarismo, o que preservaria elementos autoritários no interior da democracia. Mais adiante, o autor argumenta que o “único poder efetivo contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia [...]: o poder para a reflexão, a autodeterminação, a não participação”. (ADORNO, 1995, p. 125). Pensar o oposto do totalitarismo e da barbárie implicaria numa educação que formasse cidadãos com a capacidade de refletir criticamente, de resistirem firmes nas suas decisões e de dizer não às determinações absurdas que são impostas do alto. Nesse sentido, “uma democracia com o dever de não apenas funcionar, mas operar conforme seu conceito demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipada.” (ADORNO, 1995, p. 141). A partir dos argumentos do autor, é possível identificar uma relação entre a educação crítica, direitos humanos e a efetivação da democracia.

Para Adorno, o conceito de formação cultural abrange duas dimensões: a de autonomia e a de adaptação social. O autor chama de semiformação quando a primeira é atrofiada pela predominância da segunda (MAAR, 1995, p. 26). A educação, que abre precedentes para a mera adaptação, tem a formação atrofiada em seu caráter auto reflexivo, enquanto a ênfase recai no saber instrumental produtivo. De acordo com Pagni e Silva (2007, p. 244), o autor empreendeu a crítica de que a “instrumentalização do pensamento e da cultura, em nossa civilização, e suas implicações para a dominação social na sociedade administrada, fornece elementos significativos para problematizar “o conceito moderno de formação cultural e de Educação”. Ele denuncia criticamente a “redução de significados desses conceitos à medida que encobrem a heteronomia do pensamento e a deterioração da cultura propiciada pela subordinação destes à lógica do sistema, que é a do mercado.” (2007, p. 246).

Pelo exposto, considerando que na condição socioeconômica e cultural predomina o momento da adaptação em detrimento da autonomia, pensar uma pedagogia de caráter efetivamente democrático implica em zelar e prover prioritariamente essas possibilidades formadoras no processo educativo que, geralmente, ficam em segundo plano nas exigências de uma sociedade de mercado. (ADORNO, 1995, p. 157).

Pensar uma educação democrática a partir das contribuições do pensamento de Theodor Adorno exigiria colocar como centro de toda a reflexão a palavra “resistência”. Conforme comentado acima, resistência como “cultura do espírito em sua independência crítica”, a capacidade de “dizer não” ao padronizado a priori pelo modelo industrial, e a insistência na valorização de experiências formativas espontâneas. Nesse sentido, fica claro a importância da educação de caráter crítico, que contribua na formação do pensamento autônomo de cada indivíduo, para a construção de uma sociedade democrática e que busca de todas as formas preservar os direitos humanos.

Quando Adorno faz a defesa da educação para todos, não a faz de qualquer tipo de educação, pois se refere a uma formação abrangente, que também possibilite o desenvolvimento do senso crítico, a qual faz refletir o sentido das ações e decisões segundo os contornos dos direitos humanos e da efetividade do exercício da cidadania do sujeito.

Para que se tenha sujeitos autônomos e que consigam atingir a maioria, é necessário duas situações: Que a educação seja pensada para conduzir o sujeito a essa maturidade. Nesse quesito temos alguns complicadores (a questão da vontade do Estado e a interferência do mercado na formação do sujeito. Qual o perfil que o mercado tem

necessidade?). A segunda diz respeito ao sujeito ter conhecimento sobre o conceito de autoridade, ou seja, se permitir a conhecer, o indivíduo precisa querer autoconhecer-se como sujeito de possibilidades. Ou seja, para que o ambiente seja de autonomia e resistência, não depende única e exclusivamente da política e do mercado. Mas da necessidade de que o sujeito queira formar e compreender-se dentro do contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto acima, a formação humana abrangente defendida nos ensaios de *Educação e Emancipação* demonstra uma correspondência lógica entre educação crítica, formação da consciência para resistência em defesa e preservação da dignidade e das conquistas históricas dos direitos humanos, condições necessárias para a efetivação da democracia. Fica claro que a luta acontece na forma de como propor a educação com bases sólidas, que conduza para o desenvolvimento da racionalidade crítica, pois do contrário, o desenvolvimento educacional baseado apenas na racionalidade instrumental pode acabar por gerar sujeitos semiformados e, como tais, indiferentes ao reconhecimento do outro como um ser de dignidade humana.

Adorno adverte de que no desenvolvimento da sociedade contemporânea predominou a razão instrumental a serviço do mercado, até a cultura não escapa dos moldes da indústria e tem como forte característica a semiformação. De fato, a atual perspectiva da reforma educacional do Ensino Médio brasileiro visa pessoas tecnicamente produtivas para o mercado, enquanto as áreas que poderiam contribuir para a construção de uma concepção crítica de mundo perdem espaços na matriz curricular.

Outro aspecto a destacar do pensamento de Adorno é que o campo da educação não tem condições de resolver todos os problemas sociais de forma isolada, embora sua contribuição seja fundamental no sentido de formação para a resistência crítica aos direitos humanos, pressuposto do reconhecimento da dignidade a todo ser humano. Cabe também a uma perspectiva crítica por às claras os fatores objetivos que limitam o potencial do desenvolvimento educacional, pois ele é fruto de interesses dos grupos dominantes social, político e economicamente. Mesmo reconhecendo que toda educação é marcada por processo de adaptação da nova geração a uma determinada sociedade, que esta não seja tão exagerada a ponto de ser entendido apenas como acomodação do indivíduo ao estado de

coisas, mas que sempre tenha uma margem de distanciamento para a crítica, para a criatividade, para o diferente e para o novo. Sem dúvida, o sujeito que pensa de forma autônoma tem seu papel de participação de forma ativa na sociedade e no processo democrático. Pois para que se tenha uma democracia eficiente e que preserve os direitos humanos se faz necessário a participação de todos os envolvidos. Portanto, a democracia só é possível com povo autônomo criticamente. Seguindo esse raciocínio é necessário conceber a palavra crítica como sendo ato de apontar os erros, identificar possibilidades reais e corrigir o presente para ter um futuro promissor.

A relação do pensamento crítico com a dignidade humana se funde no momento em que o sujeito se identifica com a necessidade do outro. Passando a não anular, negar o outro e sim a pensar criticamente para adaptação social com que o sujeito tenha condições de entender a realidade e criar meios de educar-se. E resistir à pressão da mentalidade instrumentalista a qual defende uma educação fria e apenas de cumprimento de metas e normas. Portanto, a relevância do ensino crítico para a reconstrução da democracia alemã é de suma importância, uma vez que muitos tem a impressão de serem conhecedores e detentores formação com qualidade. Porém, muitas vezes estes são frutos da semiformação, a qual tem sua vertente na formação por slogan disseminando acesso ao ensino instrumental direcionado às classes menos abastadas da sociedade. Funciona como sendo um controle social. Uma vez que esse ensino ofertado é entendido como semiformação que acaba por maquiagem a situação, deixando a mentalidade subjetiva e social defasadas em relação ao pensamento crítico.

Desta forma, o estudo foi produtivo e esclarecedor sobre a concepção de Adorno sobre o conceito de autonomia e busca por resistência, pois a crítica deve ser atividade constante na luta contra toda forma de violação dos direitos humanos e, por consequência, à tendência social de coisificação do ser humano.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FREITAG, B. **Teoria Crítica Ontem e Hoje**. 5°. ed. Faltou Cidade Brasiliense, 1994.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. São Paulo. Centauro, 2002.

MAAR, Wolfgang Leo. In: ADORNO, T.W. **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

NOBRE. **A teoria Crítica**. 3. ed. Faltou Cidade: Zahar, 2012.

PAGNI, P. A.; SILVA, D. J. (Org.). **Introdução à Filosofia da Educação: temas contemporâneos e história**. São Paulo: Avercamp, 2007.

REALE, G. **História da filosofia. Do romantismo até nossos dias**. SP. Paulus, 1991. p. (419-457).

VOLOSKI, G. L. Formação de professores, escola pública e democracia. In: KRAEMER; PETERSON; GESSI (orgs.). **Práticas pedagógicas para a reflexão docente: diálogos e interfaces na educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2020.